



FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: paz e terra, 2016.

GOLDSTEIN, N. **Versos, Sons e Ritmos**. São Paulo: Ática, 2000.

GRILLO, M. Â. F. A literatura de cordel na sala de aula. In: ABREU, Martha & SOHIET, Rachel (orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 116-26.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARINHO, A. C.; PINHEIRO, H. **O Cordel no Cotidiano Escolar**. São Paulo: Cortez, 2012.

MELO, R. A. **Arcanos do verso: trajetórias da literatura de cordel**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

_____. Do rapa ao registro: a literatura de cordel como patrimônio cultural do Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil. n. 72, p.245-261, abr. 2019.

PESAVENTO, S. J. **História & Literatura: uma velha-nova história**. História Cultural do Brasil - Dossiê História Cultural do Brasil, 2006. Disponível em: <http://nuevo mundo.revues.org/1560>. Acessado em: 18 de abril de 2016.

SILVA, G. F. **Dicionário Brasileiro de Literatura de Cordel**. Rio de Janeiro: Rovellet, 2013.

SILVA, S. B.; SOUSA, I. S. **Educação Popular e Ensino de História Local: cruzando conceitos e práticas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

SHARPE, J. A História vista de baixo. In BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

A REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO COMO INSTRUMENTO DE CAPITALIZAÇÃO DO ESTUDANTE

José Ádrio Debray Albuquerque dos Anjos Coêlho - UFCG/CFP
jose.adrio@estudante.ufcg.edu.br

Rubens de Andrade Quirino - UFCG/CFP
rubens.andrade@estudante.ufcg.edu.br

Israel Soares de Sousa - UFCG/CFP
israel.soares@professor.ufcg.edu.br



Resumo: Diante das novas reformas no sistema educacional relacionadas ao currículo, livros didáticos e formação pedagógica, observa-se a imposição de um conjunto de instrumentos que buscam legitimar um modelo predominantemente neoliberal na educação como um todo. Partindo deste lugar, este trabalho se propõe em fazer uma reflexão acerca da influência das políticas neoliberais presentes no Novo Ensino Médio no Brasil. A partir disso, busca-se analisar o processo de emergência e desenvolvimento do projeto neoliberal voltado para a educação e, dessa forma, discutir as influências do movimento de internacionalização dentro do nosso contexto educacional. Assim sendo, utiliza-se o método de abordagem teórico dedutivo, com métodos de procedimentos com bases históricas e com uma revisão bibliográfica de acordo com o conteúdo proposto. Os principais autores utilizados foram FRIGOTTO (2005); PAIVA (2003); THIESEN (2019), MÉSZÁROS (2014) entre outros. Nesse sentido, percebe-se uma reconfiguração das propostas educacionais voltadas principalmente para suprir a lógica mercadológica no sistema capitalista contemporâneo e, conseqüentemente, essas mudanças serão conflituosas a partir do processo de ressignificação e contestação no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Novo Ensino Médio; Educação.

INTRODUÇÃO

O modelo neoliberal, e atualmente o neoliberalismo, surgem a partir do sistema capitalista como doutrinas econômicas que atingem as diversas camadas sociais e econômicas, além disso, mantêm suas influências na educação e nas instituições, buscando a construção de um Estado mínimo, um mercado competitivo e autorregulador.

A partir desse contexto, o presente estudo se baseia na reflexão acerca da influência do neoliberalismo na educação brasileira e sua imposição nas bases curriculares, livros didáticos e no projeto do Novo Ensino Médio, instituído com base na Lei nº 13.415/2017, ainda no governo de Michel Temer (2016-2018). Partimos da ideia de currículo enquanto espaço de poder e, conseqüentemente, um lugar de interferências das classes dominantes, sem desconsiderar, logicamente, os movimentos contra-hegemônicos que ocorrem no espaço escolar.

A primeira parte do artigo aborda o histórico do neoliberalismo, seu lugar na economia e, conseqüentemente, como ele atinge as práticas pedagógicas e a formação estrutural da educação. Em seguida, discute-se a influência e a imposição a partir do financiamento de instituições e por partes da elite brasileira que, necessariamente, gera uma expectativa para que cumpra a lógica de mercado imposta nas relações econômicas.



Por último, constrói-se uma reflexão acerca do neoliberalismo na estrutura do Novo Ensino Médio no Brasil.

O aporte teórico se fundamenta no materialismo histórico e dialético, compreendendo as transformações da sociedade de forma histórica e econômica, considerando a luta de classes como força importante na história, no entanto não desconsideramos outras esferas importantes para configuração da sociedade de maneira geral. Além disso, uma base metodológica de cunho qualitativo, explicativo e revisão bibliográfica de livros e artigos que auxiliaram a presente pesquisa. Diante disso, a pesquisa bibliográfica tem como objetivo traçar a solução de um problema por meio de referenciais teóricos já publicados, buscando diferentes pontos de vistas dos autores que pesquisam sobre o assunto diante das experiências vividas na educação, como: MÉSZÁROS (2014), THIESEN (2019), entre outros.

Assim sendo, vale pontuar que as propostas geradas de base neoliberal no Brasil não estão sendo instituídas de forma passiva. Movimentos como dos sindicatos dos professores, educadores e servidores públicos da área da educação, no geral, se opõem e lutam pela construção de um projeto contra-hegemonico, mais humano e emancipador.

NEOLIBERALISMO: SEU LUGAR NA ECONOMIA E EDUCAÇÃO

Entender como se porta a educação, como refletiu Mézáros (2014), é, antes de tudo, pensar e observar o sistema socioeconômico no qual a educação está inserida. Na contemporaneidade, o sistema que rege a economia e consequentemente a organização social e política é o capitalismo. Dessa forma, a partir da metade do século XX se construiu, dentro da lógica capitalista de mercado, o neoliberalismo, teorizando um enfrentamento às ideias de protecionismo, intervenção no mercado por parte do Estado, defendendo uma maior liberdade para os empresários, criticando e limitando a ideia da necessidade de direitos trabalhistas e do que se entende hoje como Estado de bem-estar social. Existindo divergências quanto a introdução do neoliberalismo, observa-se a colocação de Perry Anderson:



Começamos com as origens do que se pode definir como neoliberalismo enquanto fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. (ANDERSON, 1996, p. 9).

Nesse sentido, a teoria de Marx e Engels sobre a base-superestrutura serve para a compreensão da influência do neoliberalismo e do sistema econômico na educação. Pensando a educação enquanto pertencente à superestrutura, estando fundada sob a base, que representa os interesses econômicos, ou seja, as relações de produção e forças produtivas, pode-se constatar que a educação enquanto estruturada e influenciada pelos interesses econômicos (na sociedade contemporânea representada pela burguesia), será um instrumento que agirá de acordo e nos limites da ordem do capital, legitimando e reproduzindo tal ordem, sendo possível uma mudança humana e transformadora se pensarmos, necessariamente, uma educação que saia da lógica do capital e transcenda, construindo uma proposta contra-hegemônica como defende Mézáros (2014).

Ao longo das crises que foram surgindo, havia uma necessidade de frear a crise e garantir o bem-estar social da população, por isso, os defensores do neoliberalismo acabavam defendendo parcialmente um Estado forte que cumprisse com seus deveres de controlar o dinheiro público: diminuindo os investimentos nas áreas sociais e deslegitimando sindicatos, para que tudo viesse a partir da intervenção do Estado.

Realizando um balanço histórico sobre a influência prática do neoliberalismo no Brasil e sua expectativa em um novo projeto pedagógico e técnico, buscou-se refletir sobre a formação do ensino e a educação a partir da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) até os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 até 2006, e de 2007 até 2010).

No Brasil, esteve presente durante os governos militares uma política liberal com uma característica autoritária. Fato notório foi a crescente abertura da educação para a iniciativa privada, diminuição dos investimentos públicos e opressão aos movimentos de base trabalhista. A Legislação aprovada durante o Governo João Goulart (1961-1964) previa um investimento de pelo menos 12% do produto interno bruto (PIB) em educação. Já a constituição aprovada em 1967 desobrigou um investimento mínimo na área.



Consequência disso, foi a trágica queda de investimentos no âmbito educacional. Em 1970, o investimento era de 7,6% do PIB, que durante os cinco anos consecutivos ainda teve uma maior queda. Foi também durante o Governo Militar que houve a imposição do chamado “Estudos Sociais” como obrigatório no segundo grau, estando amparado na Lei n. 5.692, de 1971. O objetivo da disciplina foi a junção das disciplinas de História e Geografia, partindo também de noções como pátria, liberdade, nação, tudo isso a fim de legitimar a política do Estado e da classe dominante, como apontou Ana Cláudia Urban (2011, p.10). Dessa forma, é importante frisar que houve, até o fim desse projeto político pedagógico, muita resistência por parte de professores e profissionais da educação, que em nenhum momento aceitou a imposição de projetos de forma passiva.

Em contraposição ao tratamento que a educação recebeu na Ditadura Militar, (mesmo seguindo a lógica neoliberal, prevendo a formação técnica simples ou complexa voltada para a indústria e formação de um exército de reserva), os Governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 até 2006, e de 2007 até 2010) criou e fortificou iniciativas voltadas para a democratização do acesso à educação pública, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI), fortificação e reestruturação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), criação e ampliação de Universidades Públicas por todo o território brasileiro, entre outros que proporcionaram uma melhor expectativa para o trabalho científico e qualificação dos profissionais da educação.

Uma questão importante nesse contexto é compreender que, há uma lógica por trás de todos esses projetos que seguem e cumprem os ideais do capitalismo e de seus agentes. A educação, mesmo com uma visível melhora nos governos que seguem a ideia de um projeto de desenvolvimento nacional-popular, não cumprem com o papel de uma educação voltada para a emancipação humana e crítica. Continua existindo uma estrutura que molda e pensa para quais rumos os resultados educacionais devem seguir.

De forma mais clara, a educação, mesmo tratada com alguma dignidade a mais, é fundada para dar os resultados que os seus financiadores, seja no meio institucional ou não, esperam. São análises críticas que possibilitam perceber como os interesses da classe dominante se revelam nos instrumentos institucionais como a educação, garantindo a



reprodução hegemônica do modelo socioeconômico, seja conscientemente ou inconscientemente. Reforçamos, que nos espaços onde a educação acontece, os movimentos de contestação ao modelo proposto não cessam e, constantemente, forçam mudanças mais significativas nas políticas educacionais e nas propostas curriculares.

A partir disso, no período ditatorial e, após ele, percebe-se que os serviços públicos estavam sofrendo cortes e até mesmo sendo distribuído com qualidade contestável e construindo uma ideia que pretendia sucatear o Estado e as políticas públicas não se tornam prioridades, com isso, o sistema neoliberal cria enormes desigualdades sociais, até mesmo na área da educação, que é a base desenvolvimentista de um país. Isto é, como o neoliberalismo enquanto sistema produz efeitos tão negativos na sociedade mundial e, conseqüentemente, no Brasil.

Além disso, o processo de educação se torna contraditório, pois diante do não investimento e da formação tecnicista na área educacional, gera uma desqualificação que faz com que os países tenham interesses em parcerias comerciais, isso por haver mão de obra pouco qualificada, o que termina formando um exército de mão de obra barata para se explorar. Sendo assim, os trabalhadores não serão bem remunerados e muito menos terão seus direitos respeitados, pois existe uma massa de desempregados que precisam do mínimo para sobreviver e são condenados a aceitarem as condições precárias que o sistema tem para oferecer. Ou seja, o neoliberalismo planeja uma abertura econômica e livre a fim de receber mais investimentos e acordos comerciais, e acaba lucrando com a formação de uma educação que capacitaria os indivíduos para esse fim.

Dessa forma, é notável que existiu uma expansão dessa escolarização, mas não havia um ensino realmente de qualidade, como a Revolução Industrial quando dividiu as partes de uma produção para que os trabalhadores não detivessem todo o processo e, conseqüentemente, o lucro, isto é, os alunos não eram feitos para se apropriar integralmente das formas mais críticas de conhecimento, discussões abordadas por Paulo Freire quando ele afirma que o aluno deve desempenhar papel central na educação e o professor como um mediador desse conhecimento, contrastando com um modelo tecnicista e tradicional, que o professor apenas transfere conteúdo de acordo com as demandas impostas pela sociedade e classes dominantes.



A consequência disso surte efeito na alta taxa de analfabetos funcionais, aqueles que muitas das vezes passam a vida toda estudando, mas não consegue dominar plenamente a leitura, escrita, interpretação, atividades básicas necessárias para o pleno desenvolvimento do educando, ou seja, a péssima qualidade na educação impossibilita que as pessoas possam atuar em qualquer mercado de trabalho com a qualificação necessária. Mais, do que isso, muitos também não participam ativamente da vida política e social no entorno de suas realidades.

Contudo, essas taxas são mais altas em escolas públicas, principalmente, porque as taxas de evasão escolar, reprovação, falta de interesse são refletidos na realidade do aluno com condições precárias, muitos deles precisam deixar os estudos para poderem ajudar a família a se sustentar, o acesso aos conhecimentos e os interesses estão intimamente ligados, pois é necessário compreender em que esses conhecimentos vão ser úteis na vida laboral (BASSO; NETO, 2014, p. 7), já que as pessoas que têm mais condições e só estudam, detêm de um privilégio inegável, o tempo livre para desenvolver diversas atividades e efetivamente se dedicar a essas práticas.

De um lado, pessoas muito pobres que precisam trabalhar ao invés de estudar, trabalhos exaustivos e sem condições adequadas, enquanto do outro lado, pessoas que tem condições e podem focar em seus estudos e, conseqüentemente, ter vidas mais estáveis. De acordo com Maria Clara Couto (2007, p. 17 apud BASSO; NETO, 2014, p. 8), essas políticas impostas pelo neoliberalismo acentua as desigualdades econômicas e sociais, aumentando a pobreza global, concentração de renda, exclusão ao acesso de bens sociais e a degradação do meio ambiente. Uma explicação plausível para essa defesa se encontra no debate e discussão de neoliberais que defendem a tese de que a desigualdade é natural, e até certo ponto benéfica, trazendo pautas como a liberdade de iniciativa concomitantemente a acumulação do capital.

Por isso, percebe-se a ligação entre um sistema econômico e sua conseqüente influência em áreas como: educação, saúde, infraestrutura, ou seja, um modelo dominante resulta em como o mundo se comporta e quais as prioridades para conseguir os objetivos delimitados pela hegemonia.



INFLUÊNCIA E IMPOSIÇÃO NA EDUCAÇÃO

Como visto anteriormente, o neoliberalismo influencia várias esferas sociais e cabe o destaque a partir da forma como a educação recebe interferências desse modelo. Além disso, figuras como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) desempenham um papel decisório nas práticas educacionais na busca por resultados que beneficiem os envolvidos nesse processo.

A partir do movimento de globalização, políticas educacionais, que consequentemente refletem no currículo e formação, são construídas de forma universal, a fim de atender as expectativas do Estado e do Mercado. O Banco Mundial tem um papel fundamental, pois a partir de instituições financeiras são realizados empréstimos aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. É notório que todo esse aparato financeiro não é realizado sem alguma margem de garantias. No cenário internacional, essa expectativa é fazer com que a educação esteja caminhando de acordo com a ordem econômica. As políticas educacionais são construídas desde a formação até a base curricular e técnica. Nesse sentido, a política internacional para a reconstrução e desenvolvimento construída pelo Banco Mundial (BM) mostra a sua finalidade:

O Grupo Banco Mundial está empenhado em consolidar esse progresso e a incrementar o seu apoio para ajudar todos os países a alcançarem a Educação para Todos (EFA) e os objectivos de educação das Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDG). O motor desse desenvolvimento, no entanto será, em última análise, o que as pessoas aprendem, dentro e fora da escola, desde o jardim-escola até ao mercado de trabalho. A nova estratégia do Banco para 10 anos, procura alcançar este objectivo alargado de “Aprendizagem para Todos”, promovendo reformas nos sistemas de educação dos países e criando uma base global de conhecimento suficientemente forte para liderar estas reformas. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 1).

No setor educacional, percebe-se a necessidade de atingir resultados estabelecidos por instituições influentes na sociedade brasileira, com isso, estabelece-se uma relação entre educação/economia na história da educação, nos currículos escolares, parâmetros curriculares e até mesmo nas práticas pedagógicas, isto é, como a ideia de globalização e o neoliberalismo crescente impacta a formação dos alunos na sociedade.



Com esse impulso político e econômico, pode-se ver, a partir da década de 1980, uma abertura do setor público à iniciativa privada. A educação vai se configurando em suas esferas aos moldes globais. Pela influência do pensamento neoliberal, as reformas e aberturas ao meio privado, reformas curriculares e de base se legitimam com a justificativa de uma maior eficácia e melhores resultados estando de acordo com o desenvolvimento do sistema. Para tanto, surgem alguns instrumentos para a avaliação da qualidade, constatando e analisando os indicadores dos resultados.

Isto é, o sistema de educação atualmente baseado em um sistema neoliberal exige que os indivíduos saibam trabalhar em equipe, sejam competitivos, criativos, tenham uma resposta rápida para ter um nível de produtividade maior, deixando-os sem expectativa de exigir melhores salários e condições de trabalho, tornam-se indivíduos feitos para somente produzir (NETO; CAMPOS, 2017). Com isso, as instituições escolares têm como objetivo principal fazer com que o aluno tenha o gosto de aprender, mas ligada à necessidade de qualificar sua mão de obra, ou seja, passar a vida inteira buscando condições que se adequem ao movimento de acumulação do capital, mesmo que não sejam os beneficiados desse processo.

Nesse sentido, a educação se configura a fim de atingir a manutenção do sistema capitalista, corroborando ativamente a partir da formação para a indústria, do que Karl Marx, em sua crítica da economia política chama de exército de reserva⁴⁶, trabalhadores desempregados ou subempregados. Para o desenvolvimento do sistema e para a acumulação do capital (relação própria do sistema capitalista), faz-se necessário manter menos trabalhadores capacitados e produzindo tudo o que for necessário. É nessa relação que acontece a exploração do trabalhador, cuja educação segue, a partir dos financiamentos e da influência do modelo neoliberal, com o objetivo de manter essa realidade, impondo limites estruturais a uma mudança que, para fazer efetivamente efeito no cotidiano, deve também ser estrutural, e não mais uma reforma, como defende Mészáros (2014).

⁴⁶ O termo “exército industrial de reserva” foi desenvolvido pelo filósofo e economista Karl Marx (1818-1883), no livro I da obra “O Capital”, desenvolvido no período de maturidade científica do autor.



Um ponto a ser considerado segundo Sampaio *et. al.* (2002, p. 166 apud NETO; CAMPOS, 2017) é como a educação “democratiza saberes, inclui atores, rememora a história, mitos e ritos e projeta sinais da sociedade futura que ela ajuda a edificar, costurando atos e pactos no tecido social”, isto é, ao longo da história, observa-se a exclusão de algumas partes da sociedade, como as mulheres, pessoas sem renda, entre outros. Atualmente, a educação define até mesmo o papel social que será desempenhado, por exemplo, cerca de 20 milhões de analfabetos existem no Brasil, é possível acreditar que esse processo lento seria natural, ou seria resultado de um processo muito bem estruturado, cujo objetivo é atingir os interesses do Estado e dessa “entidade fantasmagórica” que se chama Mercado?

Com isso, normalmente, conteúdos, bases curriculares, livros didáticos terão assuntos que não condizem com a realidade dos alunos, ou seja, não são atrativos o suficiente para que o aluno saiba como usar no cotidiano, posicionando-se criticamente diante da realidade da sociedade e consiga encontrar o seu papel dentro desse sistema, ao invés de passar anos em uma instituição escolar sem ter conseguido apreender conhecimentos e inseri-los dentro dos seus contextos sociais.

Até mesmo estudos apontam existir uma relação entre a política curricular dos sistemas de ensino e as expectativas de internacionalização (THIESEN, 2019, p. 9) de forma passiva, como uma obrigação diante da quantidade de investimentos na área por parte dos bancos e fundos mundiais, a educação brasileira se torna extremamente baseada nos resultados quantitativos, enquanto que os aspectos qualitativos acabam sendo deixados de lado, não formando indivíduos críticos e centrais em seus próprios processos e, sim, formados para atender uma demanda internacional.

Além disso, surgem as políticas de internacionalização, entendendo-se na Educação Básica como um movimento com motivações tanto de cunho político quanto econômico, que acabam se fortalecendo de acordo com influências de instituições privadas que operam em espaços e instâncias internacionais (THIESEN, 2019, p. 3). Isto é, a Educação Básica é, muitas vezes, financiada por instituições privadas que esperam resultados em níveis internacionais, resultados esses que muitas vezes não cabem na realidade do país e acaba criando exclusivamente uma massa trabalhadora apenas para a



produção e lucro das empresas, à medida que o investimento aumenta, a expectativa dos resultados se torna cada vez maior.

A educação é a base para o desenvolvimento de qualquer país, mas também uma forma de montar um sistema estruturalmente bem definido de acordo com os interesses da classe dominante, ou seja, cabe aos indivíduos serem conscientes desses processos a fim de que o sistema crescente neoliberal não se desenvolva de maneira sólida e estável, para que se possa construir a consciência do papel social e político na base.

PERSPECTIVA NEOLIBERAL DO NOVO ENSINO MÉDIO

Primordialmente, deve-se ressaltar como os novos tempos de instabilidade política e econômica, tornam ainda mais complicada a inserção de um sistema de Novo Ensino Médio, sem uma qualificação adequada aos profissionais que estão inseridos no espaço escolar, na verdade, um sistema como esse aumenta ainda mais a desigualdade social, como vimos anteriormente, e tem como intenção ainda mais o sucateamento da educação como maneira de formar uma mão de obra barata e beneficiar as grandes empresas.

Pode-se perceber que a Lei nº 13.415/2017 tem como proposta reestruturar a agenda educacional no Brasil, medida essa instituída logo após o golpe da presidente Dilma Rousseff por Michel Temer, mesmo assim, o trâmite desse processo já estava em andamento por aqueles que afirmavam que o currículo deveria ser mais técnico do que teórico (SILVA, KRAWCZYK, 2016 apud SILVA, BOUTIN, 2018, p. 523).

Aliado a isso, nota-se que a maioria das intenções são direcionadas para o benefício do setor privado, principalmente, pois um dos maiores objetivos desses é sucatear o ensino público a fim de lucrar com suas práticas, defendendo uma educação integral, buscando muito mais o tempo de escola ampliado, seja os dias do ano letivo ou a quantidade de horas que os alunos passam nas escolas, do que realmente uma formação integral do ser humano (SILVA, BOUTIN, 2018, p. 525).

Vale ressaltar que um dos pontos mais discutidos para o Novo Ensino Médio é acerca da ampliação de 800 para 1400 horas como carga horária anual, trazendo a discussão sobre a dificuldade de muitos jovens com menos condições, que precisam



comumente ajudar na economia domiciliar, eles consigam terminar a escola porque sem dúvidas, não se torna atraente para eles quando precisam escolher entre sobreviver ou estudar, é insistente a forma como a estrutura tenta reduzir e eliminar as oportunidades da classe trabalhadora.

É muito interessante perceber como os objetivos contradizem os interesses, pois a Nova Reforma objetiva que a escola tenha um novo significado, valorize a singularidade de cada sujeito, buscando uma sociedade mais harmoniosa, contudo, os interesses da hegemonia acaba coletivizando os sujeitos e tratando-os como mão de obra barata e prontos para servir a esses interesses, principalmente, do setor privado que mais se beneficia nesse processo, por isso, a importância deste artigo, quando propõe que a educação está vinculado com as atividades econômicas (MÉSZÁROS, 2014, p. 17).

A proposta está em discussão e construção há muito tempo, mesmo sendo uma ideia ainda inicial e com outras bases, iniciou em 2013, amparada no PL 8.460/2013, que foi se desenvolvendo sem ampla discussão com os diversos setores educacionais, como os movimentos estudantis e sindicatos. Ainda contou com a presença de setores privados, o que nos leva a questionar qual o papel do setor privado, da classe empresarial na proposta da reforma?

Com isso, o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio lança, ainda em 2016 e 2021, um manifesto assinado por diversas associações, conselhos, entre outros, reiterando o pedido de suspensão da medida para instituir o novo ensino médio, em decorrência da Pandemia da Covid-19, que potencializou a falta de diálogo entre diversos setores de interesse comum.

Portanto, existem dois pontos centrais nas mudanças observadas por este trabalho: a perspectiva política e a econômica. Entender que o cerne do projeto de reformulação do Ensino Médio está inteiramente ligado (não reduzido, mas condicionado), pela questão e interesses econômicos em última instância. A questão política desse processo está na base excludente da proposta, como vimos no tópico anterior, e em como o processo de neoliberalização conseguiu e continua conseguindo fazer com que a ideia chegue, através de um discurso, à classe trabalhadora, fazendo com que acreditem que estão inseridos em uma posição que nas relações concretas não corresponde. Essa é uma das táticas utilizadas pela burguesia, não só brasileira, durante todo o processo de surgimento do



neoliberalismo, transformando em mercadoria riquezas necessárias à sobrevivência humana.

A proposta que se busca fazer, portanto, é que fique em aberta a reflexão acerca desse processo, que ainda é novo, a partir de uma perspectiva material. Entendendo as nuances que ainda acontecerão, mas mantendo a base relacional, entre educação e capital, fenômeno que o neoliberalismo conseguiu realizar com maestria.

CONCLUSÃO

O presente trabalho propôs uma reflexão crítica acerca da influência e relação do Neoliberalismo e educação. Perpassando por reflexões acerca do conteúdo do termo neoliberalismo, práticas educacionais, relações sociais e econômicas até que se chegue nos projetos instituídos pela expressão política e econômica vigente atualmente no Brasil.

Dessa forma, a pesquisa objetivou investigar o papel que o atual sistema político, econômico e social tem na base da sociedade, especificamente na área comum ao desenvolvimento, que é a educação. O problema central ao qual se dedica a analisar está em como esse processo reflete na materialidade da vida social brasileira e seu desenvolvimento.

Durante o trabalho, pode-se perceber pontos centrais para a compreensão do tema proposto, primeiramente, no quesito de entender o neoliberalismo como uma prática econômica e, dessa forma, como essas ações influenciam no exercício pedagógico, impondo uma condição mercadológica de formação para o trabalho simples e complexo, logo, analisando a forma como o Novo Ensino Médio é o resultado dessas relações entre mercado e educação, desde discursos até as propostas materiais, financeiras de grupos que buscam expandir seu interesse em uma área que deveria, pela lógica humana, ser comum a todos.

Nesse sentido, pressupõe-se que esse trabalho tenha contribuído para uma discussão acerca da temática que não está distante da sociedade, está no cerne das nossas relações. Com isso, a ideia é que se construa, tendo em vista a proposta do Novo Ensino Médio ser algo recente, estudos que incluam reflexões das práticas internacionais ao cotidiano da sociedade em que se vive, para que se constitua um mundo humanizado e responsável socialmente.



REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 9-23. Acesso em: 9 set. 2022.

BANCO MUNDIAL. Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial, Resumo Executivo. Washington, DC: Banco Mundial, 2011. Acesso em: 9 set. 2022.

BASSO, J. D.; NETO, D. L. B. AS INFLUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 10, n. 1, 2014. DOI: 10.5216/ritr.v1i16.29044. Acesso em: 9 set. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola pública brasileira na atualidade: lições da história**. 2003. Acesso em: 9 set. 2022.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (organizadores); MELO, Adriana Almeida Sales de *et al.* Educação Básica: Tragédia Anunciada? **Xamã**, São Paulo, 2015. Acesso em: 9 set. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007. Acesso em: 9 set. 2022.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. **Boitempo editorial**, 2014. Acesso em: 9 set. 2022.

NETO, Filinto Jorge Eisenbach; CAMPOS, Gabriela Ribeiro de. O impacto do neoliberalismo na educação brasileira. **IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADES E EDUCAÇÃO–SIRSSE**, v. 12, p. 7636-7647, 2017. Acesso em: 9 set. 2022.

PAIVA, Vanilda. **A escola pública brasileira no início do século XXI: lições da história**. 2003. Acesso em: 9 set. 2022.

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da; BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Educação**, v. 43, n. 3, p. 521-534, 2018. Acesso em: 9 set. 2022.

THIESEN, Juares da Silva. Políticas curriculares, Educação Básica brasileira, internacionalização: aproximações e convergências discursivas. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019. Acesso em: 9 set. 2022.